

consideração pela primeira vez não só o rendimento dos sujeitos passivos, mas também o número de pessoas que realmente vivem desse rendimento).

3) As medidas dos governos, de facto, promovem uma determinada visão da pessoa e da família. A prioridade deve ser sempre acentuar o **valor último e incomparável de cada ser humano**, e não outros interesses mais mediáticos, favorecidos por grupos de pressão.

O debate sobre a natalidade, por exemplo, mostrou de uma forma muito positiva como todos os partidos com representação parlamentar discutiram amplamente variadas medidas para a sua promoção, tendo nascido desse debate medidas de apoio às famílias com filhos. Porém, há uma preocupante tendência a minar o respeito pela vida humana, incluindo aquela dos nascituros, dos idosos e dos doentes, também com propostas de uso indiscriminado de embriões, assim como a exigir uma injusta redefinição da família, da paternidade e da maternidade.

4) Um bem-estar mais eficaz e duradouro só se obtém **investindo no processo educativo**, isto é, enriquecendo a capacidade de conhecimento das pessoas. A Lei de Bases do Ensino tem vindo a reforçar a autonomia das escolas públicas e privadas, alargando as possibilidades de existência de projectos educativos diferenciados, ao serviço da qualidade da educação de todos os portugueses, e evitando a limitação da liberdade que comportam medidas globais como a educação sexual obrigatória.

A nossa democracia tem muito a ganhar se se converter num espaço de encontro entre diferentes propostas de significado, por muitas e variadas que sejam. Um espaço no qual a experiência religiosa, nas suas diferentes expressões, seja olhada com abertura e simpatia e se torne um factor real de construção, em lugar de ser tratada como um assunto pessoal posto de lado com embaraço.

Também na política nacional, o nosso desejo é aquele que acerca da construção da Europa o Papa Francisco expressou, quando se dirigiu ao seu Parlamento em Novembro de 2014: «Dar esperança à Europa não significa apenas reconhecer a centralidade da pessoa humana, mas implica também promover os seus dotes. Trata-se, portanto, de investir nela e nos âmbitos onde os seus talentos são formados e dão fruto».

RESTAURAR A CONFIANÇA NA VIDA PÚBLICA

As eleições para a Assembleia da República são uma ocasião importante na vida dum país democrático. O tempo que as antecede permite reflectir e considerar cuidadosamente como as políticas públicas afectam o nosso bem-estar individual e social, assim como o nosso futuro. Aqueles que forem eleitos assumem a grande responsabilidade de agir de acordo com uma consciência esclarecida e princípios éticos equilibrados.

A CRISE DA POLÍTICA E A RETOMA DO IDEAL

Cumpridos 40 anos da democracia em Portugal, assistimos a crises e falhanços no sistema político, mas sobretudo a uma **queda da sua tensão ideal**: falta uma busca e educação que promova as motivações da política na consciência profunda da pessoa, e não só nos mecanismos pragmáticos e de utilidade imediata. Com efeito, o empenho político desvinculou-se quase por completo daquele percurso educativo que cada homem deve fazer para não deixar que as suas acções fiquem sem razões adequadas.

Por isso, confiar as soluções a reformas estruturais, mesmo que sejam úteis, é insuficiente, porque significa não enfrentar a raiz do problema. É preciso uma mudança muito mais profunda, que tenha no centro o significado da acção pública e supere dois riscos opostos. Por um lado, a política só pode corresponder à sua finalidade se não pretender ser “salvífica”. Por outro lado, os políticos devem recuperar a consciência de serem instrumentos de ajuda aos indivíduos e às realidades sociais na construção de respostas adequadas às suas necessidades e problemas reais. Dito de forma positiva, quer dizer não considerar apenas conceitos abstractos e recomeçar a **perseguir nos factos o bem comum**: o teu bem, o nosso bem, o bem de todos.

É necessário perguntar e descrever concretamente o que quer dizer hoje “servir o povo” a partir de uma retoma do ideal, segundo uma exigência que nasce do profundo do coração de todos os que conservam um mínimo de interesse pela sua própria vida e pela vida dos outros.

Recentemente, o Papa Francisco lembrou o que para um católico quer dizer fazer política, indicando um caminho possível para qualquer pessoa: «Paulo VI disse que a política é uma das mais altas formas de caridade, porque procura o bem comum, pensando nos caminhos mais úteis para isso, os meios mais úteis. Procurar o bem comum trabalhando nas pequenas coisas, pequeninas, aos poucos... mas fazendo. Fazer política é importante: a pequena política e a grande política. Na Igreja, há tantos católicos que fizeram uma política não suja, boa; que também ajudaram a paz entre os países. Pensem nos católicos na Itália do pós-guerra: pensem em De Gasperi. Pensem na França: Schumann, que tem a causa de beatificação. É possível tornar-se santo fazendo política. E eu não quero nomear mais: valem dois exemplos, daqueles que querem seguir em frente pelo bem comum. Fazer política é realmente um trabalho martirial, porque **é preciso avançar todos os dias com esse ideal, todos os dias, com esse ideal de construir o bem comum.** E também levar a cruz de tantos fracassos e também carregar a cruz de tantos pecados. Porque, no mundo, é difícil fazer o bem no meio da sociedade sem se sujar um pouco as mãos ou o coração: mas, por isso, vão pedir perdão, peçam perdão e continuem a fazê-lo. Mas que isso não vos desencoraje” (30 Abril 2015).

O QUE DEVEMOS CONSIDERAR NESTE PERCURSO

São necessários políticos que permitam que a sociedade seja um lugar de comunicação real e livre de experiências, para que o bem comum possa progredir. Sobretudo, é preciso continuar a trabalhar para que cresça a consciência de que cabe aos portugueses, a cada pessoa, a cada um de nós, arriscar participar na vida comum, segundo o seu talento e as suas possibilidades.

O bem comum não se constrói a partir de discursos e de tentáculos estatais. **O bem comum é uma responsabilidade** de cada homem e de cada mulher que vive a aventura da sua própria vida, ligando-se com estima aos seus próximos. Precisamos de políticos que compreendam isto e se ocupem daquilo que nos cabe fazer juntos para que a sociedade civil possa ser livre e criativa.

Neste contexto, os Bispos portugueses comunicaram as suas preocupações àqueles que se propõem servir politicamente Portu-

gal. Foram assim enumeradas «causas essenciais como o respeito pelo bem comum, pelos princípios da solidariedade e da subsidiariedade, pela vida empresarial criadora de trabalho e de riqueza, pela justa promoção social dos pobres, pelo apoio aos mais frágeis (em particular aos nascituros, às mães gestantes e às famílias)», assim como «a salvaguarda da vida humana em todas as suas fases, a valorização da vida familiar e da educação dos filhos, o trabalho e o emprego, a saúde e a segurança social, o acompanhamento dos que emigram, a integração dos imigrantes e o diálogo sociocultural inclusivo» (16 Abril 2015).

ALGUMAS QUESTÕES PARTICULARMENTE RELEVANTES

Com este manifesto queremos contribuir com alguns pontos de trabalho que consideramos não deverem passar despercebidos a quem votar no próximo mês de Outubro:

1) Quando se desperdiça ou quando se gasta mais do que se tem ao dispor, compromete-se o bem de todos. Por isso, o Estado tem de continuar a “fazer dieta” e a libertar a sociedade do endividamento público, permitindo o crescimento daqueles que mais se empenham em oferecer produtos e serviços de melhor qualidade a custos adequados, sem descuidar os mais desfavorecidos.

O **princípio de subsidiariedade**, de facto, limita a intervenção do Estado nos campos em que a sociedade deve assumir a sua responsabilidade de construir o bem comum. Se se continua a pensar que o que é público coincide exclusivamente com a administração pública estatal, é inevitável que piorem as condições de vida de todos, ao ter à disposição cada vez menos recursos financeiros para investir (por exemplo, nos transportes e infra-estruturas).

2) Em particular, isto vê-se hoje na sua aplicação à **subsidiariedade fiscal**, isto é, ao princípio segundo o qual são premiados aqueles que mais colaboram na construção do conjunto da sociedade, a começar pela sua primeira célula: a família.

É necessário prosseguir na simplificação da burocracia, na eliminação da evasão fiscal e no desmantelamento das estruturas monolíticas, para que os recursos possam ser mais justamente aproveitados e distribuídos por quem deles precisa e os usufrui. Exemplos que vão nesta direcção são as recentes mudanças nas leis do arrendamento, a reforma do Imposto Municipal de Imóveis, ou a introdução na reforma do IRS do quociente familiar (que tem em